

EDITORIAL

Durante o ano de 1980, uma série de fatos colocaram aos geógrafos a necessidade de um posicionamento diante da ciência, da educação e da sociedade.

Assistiu-se à continuação dos debates em torno da geografia e da sociedade, com uma participação ativa de geógrafos e estudantes de geografia. Esses debates tiveram seu ponto alto no IV ENCONTRO NACIONAL de GEÓGRAFOS, realizado no Rio de Janeiro, no mês de julho. Lá manifestaram-se diferentes correntes de pensamento, e a participação de um grande número dos presentes ao encontro nas discussões representou um salto qualitativo em relação aos encontros anteriores.

A profissão de Geógrafo, reconhecida em junho de 1979, finalmente foi regulamentada (vide anexos neste número do BPG). A filiação dos Geógrafos junto ao CREA, conforme determina a lei, é o primeiro passo a ser dado por todos aqueles que queiram exercer regularmente a profissão. A forma como essa antiga reivindicação foi atendida, entretanto, ainda merecerá muita discussão, tendo em vista, entre outras coisas, que ela discrimina os licenciados em Geografia. Estes constituem a maioria dos que exerciam a profissão de geógrafo até o momento da regulamentação. É importante ter claro também que a Lei, por si só, não cria o mercado de trabalho. Cabe aos Geógrafos, conscientes de seus direitos, exigir que as empresas públicas e privadas os absorvam para exercerem as funções que lhes foram atribuídas.

Paradoxalmente, num momento em que é regulamentada a profissão, geógrafos, historiadores e sociólogos são colhidos por uma nova investida de alguns setores da tecnoburocracia educacional dispostos a fazer retroceder a História através da criação de cursos de licenciatura plena em Estudos Sociais, em detrimento da formação de geógrafos, historiadores e sociólogos. A luta contra a implantação de cursos de Estudos Sociais mobilizou as Seções Locais da AGB, e a resposta firme (não apenas dos geógrafos mas também dos demais cientistas sociais) resultou numa vitória, pelo menos conjuntural, de todos os que estão alertas a esse tipo de investida contra a cultura, a ciência e a sociedade. O saldo positivo dessa luta foi, principalmente, a tentativa de colocar a discussão no plano ideológico, deixando-se, na medida do possível, em segundo plano a questão específica do mercado de trabalho que, em outras ocasiões, levou geógrafos e historiadores a caírem nas ciladas da divisão acadêmica das ciências sociais, imposta por interesses que nada têm a ver com a necessidade de se buscar a compreensão da totalidade social.

O desafio que se coloca para a Diretoria Executiva da Associação dos Geógrafos Brasileiros, eleita no IV ENCONTRO (bem como para as diretorias das Seções Locais da AGB), é o de levar à prática o programa aprovado em Assembléia, buscando formas de atuação que permitam a superação das condições existentes entre as posições de seus associados, sem perder de vista o avanço geral da ciência e as contribuições que daí devam advir para a reconstrução da Sociedade Brasileira.

Para tanto, coloca-se em pauta a questão de uma prática correta. Se a democracia não pode ser atingida através de falsas unidades, também não obterá sucesso a prática que veja a luta como um objetivo em si mesma. As duas posturas só interessam às forças retrógradas que pretendem manter sob rédeas o desenvolvimento social.

Sentindo a necessidade de ampliar o debate em torno de todas essas questões, esta publicação coloca-se à disposição dos associados da AGB para que dele participem.

Comissão Redatorial